

O que vale

O RELATOR Bernardo Cabral excluiu do projeto de Constituição a exigência de ordem escrita de autoridade judiciária para que alguém seja preso.

FOI O que bastou para ser acusado, pelo Presidente da Ordem dos Advogados, Márcio Thomaz Bastos, de cumplicidade num "alentado às liberdades públicas" e coisa pior.

ESQUECEU-SE o advogado que a lei protege, de diversas maneiras, o cidadão injustamente preso. E que a defesa da segurança pública exige que a autoridade policial tenha, dentro de limites evidentes, mais facilidades para agir e menos burocracia a obedecer.

MAS, principalmente, esqueceu-se de que aquilo que realmente faz serem respeitados os direitos do cidadão é o caráter democrático do Governo, garantido pelos capítulos da Constituição destinados à organização política do País. A arbitrariedade só viceja no Governo de índole autoritária — e, neste, pouco adianta o que diz a Lei.

Governo define hoje supressões

O QUE O PLANALTO QUER RETIRAR DA CARTA

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney se reúne hoje com o Conselho Político para definir as principais emendas supressivas sobre as quais o Governo concentrará seus esforços para que sejam aprovadas no segundo turno. Além dos sete pontos escolhidos na semana passada, o Governo quer acabar com a possibilidade de greve política, com oito artigos das Disposições Transitórias que, no entender de políticos governistas, configuram um "trem da alegria" e tirar alguns poderes do Congresso, como o de aprovar previamente acordos internacionais, emitir títulos da dívida pública e nomear Ministros do Tribunal de Contas da União.

Ontem de manhã, Sarney fez uma revisão do texto do projeto de Constituição B com os líderes Carlos Sant'Anna, Saldanha Derzi, Marcondes Gadelha e José Lourenço, destacando mais de 30 pontos. Alguns, porém, como o conceito de empresa nacional e a redação do artigo estabelecendo que o português é a língua nacional, não são prioritários.

O Governo é contra a jornada de seis horas, voto aos 16 anos, licença paternidade, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, reforma agrária em terras produtivas, anistia às microempresas e tabelamento dos juros. Também quer suprimir a aneção do Território de Fernando de Noronha a Pernambuco.

Por outro lado, quer restabelecer os contratos de risco para a exploração do petróleo e retirar do texto a estatização da distribuição de derivados.

Na reunião de ontem, chegou-se a discutir o destino do Conselho da República, um instrumento do parlamentarismo. Mas o Presidente Sarney resolveu que não vale a pena retirá-lo da nova Carta.

O Planalto pretende ainda retirar a expressão "veto popular" do dispositivo sobre a participação da população e deixar sem prazo o período para a impugnação de candidatos eleitos e diplomados.

Sobre a greve do funcionalismo, o empenho será no sentido de suprimir todo o artigo que trata da organização dos funcionários públicos e retirar a competência dos trabalhadores para definir o motivo das paralisações. Para o Governo, a lei complementar deve determinar quais os serviços essenciais, deixando na Constituição apenas o princípio do direito à greve.

O Planalto também deseja rever a isenção de pagamento do Imposto de Renda para os aposentados e o tratamento diferenciado para as empresas de pequeno porte, privilégio que deve ser mantido apenas para as microempresas. A aposentadoria diferenciada para as pessoas com atividade econômica familiar também poderá ser revista.

BRASÍLIA — São os seguintes os pontos que o Governo pretende suprimir da nova Carta:

- A obrigatoriedade de autorização judicial para ordens de prisão (artigo 5º item 62).
■ Direito de reclamar a inconstitucionalidade para atos que firmos os preceitos constitucionais (artigo 5º item 75).
■ Jornada máxima de seis horas para turnos ininterruptos (artigo 7º item 14).
■ Adicional de um terço no pagamento das férias (artigo 7º item 17).
■ Licença paternidade (artigo 7º item 19).
■ Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço (artigo 7º item 21).
■ Proibição de distinção entre trabalhadores braçais e intelectuais (artigo 7º item 32).
■ Desconto da contribuição sindical na folha de pagamento (artigo 8º item 4).
■ O português é a língua oficial da República Federativa do Brasil (artigo 13).
■ A soberania popular será exercida através do voto popular (artigo 14 item 4).
■ Voto optativo para maiores de 16 anos e menores de 18 (artigo 14 parágrafo 1º alínea C).
■ Impugnação de mandato eletivo no prazo de 15 dias contados da diplomação (artigo 14 parágrafo 10).
■ Criação de novo Estado através de decisão de plebiscito realizado entre a população diretamente envolvida (artigo 18 parágrafo 3). Para o Governo, toda a população do Estado original deve ser consultada.

- Órgãos da administração pública poderão ser beneficiados, junto com os Estados e Municípios, dos royalties da exploração de recursos hídricos e minerais (artigo 20 parágrafo 1).
■ Manutenção da Polícia Militar do Distrito Federal sob a responsabilidade da União (artigo 20 item 14).
■ Sujeição da greve de funcionários públicos à legislação ordinária (artigo 38 item 7). Para o Governo, deve prevalecer para os funcionários públicos a norma geral, com exceção dos serviços essenciais.
■ Aprovação pelo Senado de tratados internacionais gravosos (artigo 50 item 1).
■ Escolha pelo Senado de um terço dos membros do TCU (artigo 75 parágrafo 2).
■ Fim da vitaliciedade dos membros do TCU (artigo 75 parágrafo 2).
■ Criação do Conselho da República (artigo 94). O Presidente era contra o Conselho mas já não está irredutível, já que o Conselho é só consultivo.
■ Isenção de Imposto de Renda para os aposentados.
■ Mandato de dois anos para o Procurador Geral da República (artigo 133 parágrafo 1).
■ Criação do imposto municipal sobre combustível líquido (artigo 182 item 3).
■ Submissão à lei complementar da emissão de títulos de dívida pública (artigo 189 item 4).
■ Definição do conceito de empresa nacional (artigo 189 item 4).
■ Proibição dos contratos de risco (artigo 183 parágrafo 1).
■ Criação do monopólio para a distribuição de gás (artigo 183 item 4).

- Concessão de incentivo a microempresas e empresas de pequeno porte (artigo 185). O Governo pretende manter incentivos só para microempresas, exceto as do setor creditício.
■ Tabelamento dos juros em 12 por cento ao ano (artigo 197 parágrafo 3).
■ Redução em cinco anos da aposentadoria por tempo de serviço para trabalhadores rurais (artigo 207 item 1).
■ Reintegração do Território de Fernando de Noronha a Pernambuco (artigo 17 das Disposições Transitórias).
■ Estabilidade para os servidores públicos com mais de cinco anos de serviço (artigo 23 das Disposições Transitórias).
■ Concessão ao aposentado de escolha da legislação mais vantajosa que vigorou durante seu período de trabalho, para se aposentar (artigo 23 das Disposições Transitórias).
■ Concessão de estabilidade para juizes togados (artigo 24 das Disposições Transitórias).
■ Concessão de direito de opção aos defensores públicos (artigo 25 das Disposições Transitórias).
■ Concessão aos delegados de Polícia das prerrogativas de servidores públicos federais (artigo 26 das Disposições Transitórias).
■ Concessão de anistia da correção monetária às microempresas (artigo 53 das Disposições Transitórias).
■ Além disso, o Governo trabalhará pela manutenção das terras produtivas fora da reforma agrária (artigo 190 item 2). A supressão desse dispositivo, permitindo a desapropriação, já recebeu parecer favorável do Relator.

Hélio garante ter apoio total da base

Após percorrer as pré-convenções realizadas por diretórios zonais no último fim de semana, o empresário Hélio Paulo Ferraz não tem mais dúvidas de que sua candidatura à Prefeitura do Rio já tem o apoio de 99 por cento das bases do PFL. Aberto a conversações com outros partidos, ele acha que dificilmente o PFL deixará de apresentar candidato próprio no primeiro turno para se firmar como partido, elegendo um bom número de vereadores. Todas as suas conversas, esclareceu, visam a ampliar o leque de alianças no segundo turno.

Dos 26 diretórios zonais, apenas um ainda não manifestou apoio declarado à nossa candidatura.

Aliança PMDB-PFL ameaçada em Aracaju

ARACAJU — O Governador Antônio Carlos Valadares acertou ontem com o Presidente do Diretório estadual do PMDB, José Carlos Teixeira, a coligação PFL-PMDB para as eleições municipais de Aracaju. O PFL indicará o candidato a Prefeito, mas a chapa só será conhecida dentro de oito dias. A Executiva municipal do PMDB, contudo, não aceita a coligação e promete rejeitá-la na Convenção do partido, em 6 de agosto.

Será a segunda vez que o PMDB e o PFL marcham juntos numa eleição. Na primeira, em 1985, elegeram com 75 por cento dos votos Jackson Barreto Prefeito de Aracaju, que renunciou ao cargo após intervenção do Estado por corrupção.

Mulher disputará em Florianópolis

FLORIANÓPOLIS — Os principais candidatos à Prefeitura desta Capital estão escolhidos e já começam a colocar suas campanhas nas ruas. Pelo PMDB concorrerá a professora Anita Pires, ex-Presidente regional do partido. Ela será a primeira mulher a disputar a Prefeitura.

Sua chapa, entretanto, ainda não tem candidato a Vice-Prefeito. Anita pretende convidar o Vereador Sérgio Grandó (PCB). Mas ele não aceitará a proposta, pois será o candidato da Frente Popular, formada pelo PCB, PC do B, PSB, PDT, PSDB, PV e PH. O candidato do PT será o professor da UFSC Flávio Valente, enquanto o da aliança PDS-PFL é o ex-Governador Esperidião Amin.

TRE dará título a brasileiros de Artigas

PORTO ALEGRE — Em decisão inédita, o TRE autorizou o alistamento de três mil brasileiros que moram em Artigas, Município uruguaio vizinho a Quarai, a 634 km desta Capital. A decisão, em sentença do Pleno do Tribunal, foi motivada por solicitação de esclarecimento da Juíza Mirtes Blum, que receberá de volta uma série de formulários de cadastramento desses eleitores.

A Juíza lembrou que a lei federal trata apenas do alistamento de quem mora temporariamente no exterior e não menciona casos de pessoas que residem na zona fronteira. Para votar nas eleições de novembro, os moradores de Artigas têm prazo até 6 de agosto para se alistarem.

Centrão rejeita parecer de Cabral

BRASÍLIA — O parecer do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) às emendas apresentadas para votação no segundo turno da Constituinte foi duramente criticado pelo Líder do PFL, Deputado José Lourenço (BA). Antes mesmo da solenidade de entrega do trabalho final da Relatoria, Lourenço e parlamentares do Centrão informavam que apresentariam destaques de votação independentemente do parecer contrário de Cabral a algumas de suas propostas.

Lourenço, que ontem avaliou com o Presidente José Sarney alguns dispositivos aprovados no primeiro turno, disse que lutará para suprimir todos os artigos que criaram ônus adicionais para a Previdência Social "impagáveis pelo País". Ele revelou que esta é uma das maiores preocupações de Sarney, que determinou um levantamento completo dos custos dos novos encargos, para esclarecimento dos constituintes.

Este trabalho deverá ser concluído até o final da semana e servirá de orientação para os pedidos de destaque, cujo prazo será aberto quinta-feira. Além disso, o Líder do PFL criticou o imposto municipal sobre combustíveis e a manutenção do imposto adicional de cinco por cento sobre os lucros das operações financeiras.

O Cabral é uma caixa de surpresas. Dali pode sair tudo, mas eu penso que ele fosse contra aumento de impostos — ironizou Lourenço.

O Líder também considera absurdo o parecer favorável à manutenção do direito de voto aos 16 anos, mesmo que ao jovem seja imputada responsabilidade criminal, como pretende a Relatoria.

Hoje, a cúpula do Centrão discutirá o parecer do Relator e a estratégia de apresentação dos destaques e da votação. Segundo o Deputado Paes Landim (PFL-PI), o grupo pretende



Ulysses e Lourenço, na solenidade de entrega do parecer final do Relator

manter as supressões propostas, mesmo as que receberam parecer contrário do Relator. É o caso, por exemplo, do adicional do imposto sobre fortunas, do voto aos 16 anos e dos dois turnos eleitorais.

O Deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) ainda aposta no entendimento, preferindo o caminho da negociação para reduzir o número de pontos em que será inevitável o confronto em plenário. Também acha que nas negociações poderão surgir novas fórmulas e até textos novos.

Limitação dos juros deverá mudar

BRASÍLIA — Apenas o princípio de que os juros deverão ser tabelados permanecerá na futura Constituição se o parecer do Relator, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), for referendado pela Constituinte. Ele acolheu emenda supressiva do Deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) ao limite máximo de 12 por cento de juros ao ano para as instituições financeiras. Com isto, os juros poderão continuar a ser determinados pelas oscilações do mercado financeiro.

Cabral explicou que preferiu adotar esta emenda porque "ela garante às lideranças partidárias a possibilidade de fechar um acordo em torno do assunto". O Relator adiantou que este entendimento poderá até envolver a emenda do Deputado Paulo Macarini (PMDB-SC) que estabelece, nas Disposições Transitórias, o limite de 12 por cento até que a legislação ordinária seja aprovada.

O Relator deu parecer contrário às 39 emendas que pretendiam estender a aposentadoria especial — aos 25 anos de serviço —, suprimindo a exigência de que este benefício fosse válido apenas para os professores de Pri-

meiro e Segundo Grau. Este item foi o que recebeu o maior número de emendas.

Durante a solenidade de entrega dos pareceres de Bernardo Cabral sobre as emendas à nova Carta, ocorrida no fim da tarde no gabinete do Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Constituinte, este defendeu enfaticamente o novo texto:

— Esta Constituição difere de todos os outros textos constitucionais que o País já teve. Esta é a melhor, porque o cidadão nela é melhor.

Ulysses aproveitou para convocar todos os constituintes a comparecerem na próxima segunda-feira, às 14h, para o início das votações do segundo turno. Ele reconheceu a preocupação dos parlamentares com as eleições municipais, mas ressaltou que os constituintes prestarão um serviço maior aos eleitores colaborando para a agilização dos trabalhos da Assembléia.

Ulysses pediu também aos líderes partidários que compareçam a uma reunião, na próxima quarta-feira, às 11h, em seu gabinete, para começar as negociações em torno das emendas que serão apreciadas pelo plenário.



Os out-doors estão sendo postos em São Paulo, Recife, Brasília e no Rio

Cartazes levam às ruas campanha de Jânio à Presidência

SÃO PAULO — Apesar dos constantes desmentidos do Prefeito Jânio Quadros, sua candidatura à Presidência da República já está nas ruas. Ontem, cerca de 300 out-doors começaram a ser colocados no Rio e em São Paulo, Recife e Brasília. Os cartazes são assinados pelo Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ), que pretende lançar oficialmente a candidatura em 25 de agosto — data da renúncia de Jânio à Presidência —, quando já esperam ter convencido o Prefeito a concorrer.

Os out-doors têm as cores escolhidas pelo MPJQ para a campanha: verde, amarelo e azul. Abaixo do slogan "O Brasil tem jeito... O jeito é Jânio", o trinômio "Autoridade, moralidade, austeridade" procura ressaltar ao eleitor as linhas mestras que, segundo o Movimento, nortearam o governo de Jânio.

Ontem, começou a quinta licença do Prefeito de São Paulo desde que

ele assumiu o cargo, há dois anos e meio. As 6h30min, tomou posse em seu lugar o Secretário de Negócios Jurídicos, Cláudio Lembo. Com a atual licença de um mês, eleva-se para 177 o total de dias de ausência de Jânio no cargo. Como das outras vezes, o Prefeito justificou seu ato com a necessidade de acompanhar a mulher Eloá para tratamento de câncer, em Boston. Ele embarcará para a cidade americana amanhã, retornando ao cargo no dia seguinte à volta ao Brasil.

Como é habitual, seus dois substitutos diretos também tiraram licenças para não assumirem. O Vice-Prefeito, Arthur Alves Pinto, não quis abrir mão de seu mandato de Deputado estadual pelo PFL, enquanto o Presidente da Câmara, Vereador Antônio Sampaio (PDS), também evitou assumir por pleitear uma vaga no Tribunal de Contas do Município.